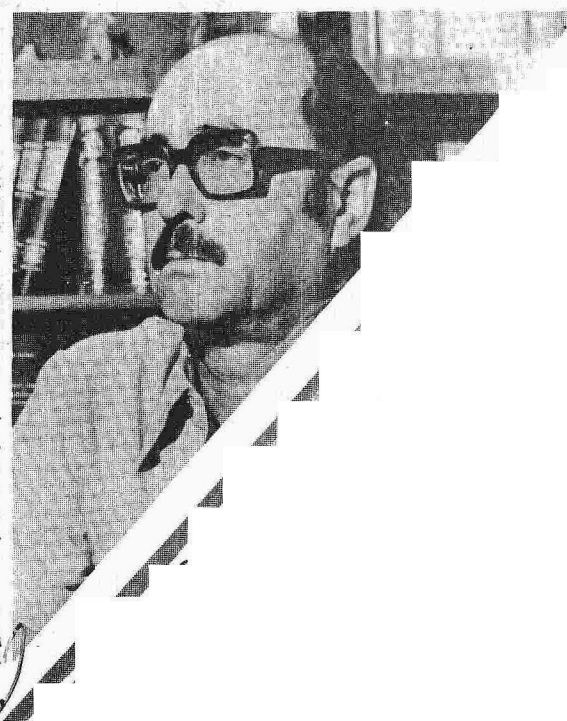
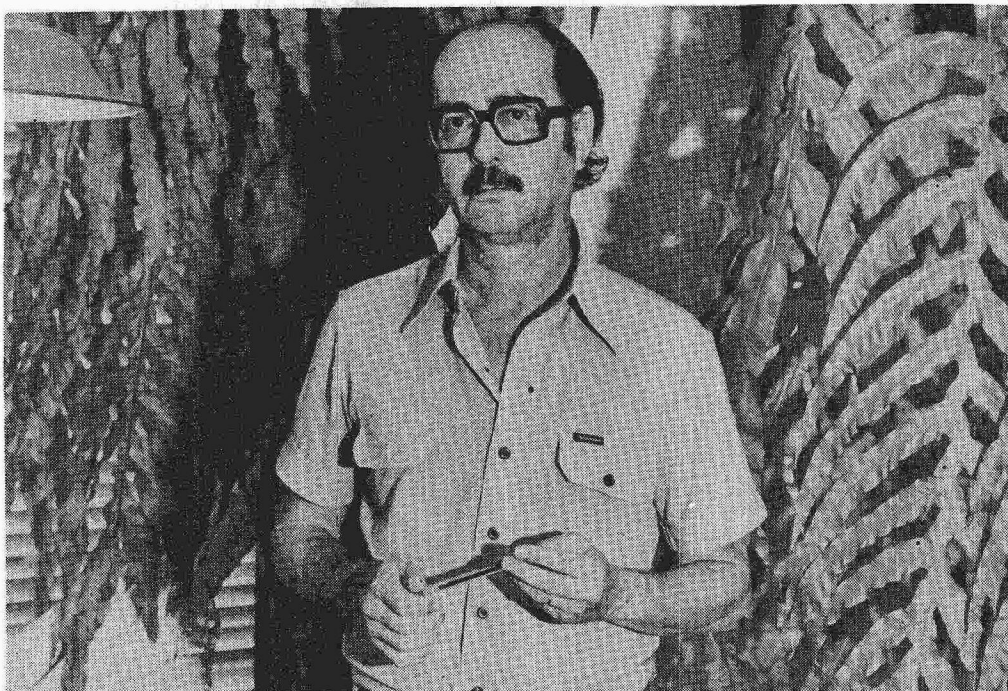


A OPINIÃO DE CADA UM

Arquiteto

EDGAR GRAEFF

Brasília



1. A arquitetura de edifícios em Brasília constitui, de longa data, um fenômeno com evidentes sinais escatológicos. De certo modo, tudo aquilo que tivemos até fins dos anos 20, em matéria de ecletismo bizantino e provinciano, se repete hoje sob outras formas. É bem verdade que não se trata de um fenômeno particular de Brasília: ele se manifesta no país todo, onde a produção arquitetônica atrela-se, cada vez mais, aos interesses do comércio e da especulação imobiliária. A essa vertente econômico-financeira soma-se a repressão política e cultural instalada no país durante os três últimos lustros, repressão que em certo momento deixou este país-continente sem nenhum órgão especializado de comunicação e comércio de idéias e experiências. Para conhecer o que se estava fazendo de melhor no Brasil era preciso recorrer a revistas e livros estrangeiros. Com isso, a arquitetura brasileira, que já havia alcançado nível de excelência, regrediu aos níveis de dependência cultural do início do século. Qualquer bobagem inventada na Europa e nos Estados Unidos, para saciar o apetite de sociedades de consumo dirigido, repercutia aqui na "colônia" como se fora uma verdadeira inovação revolucionária. É claro que o bricabaque de formas vazias — espécie de "túmulos caiados" — adquire em Brasília um caráter mais grotesco, mercê da presença, nesta capital, de verdadeiras obras mestras da arquitetura contemporânea. O contraste é realmente escandaloso e doloroso.

De que modo superar esse neocolonialismo cultural?

Penso que para começar é preciso que as escolas de arquitetura e as entidades da categoria profissional se mobilizem para recuperar as lições do patrimônio realizado pelos nossos maiores, principalmente entre 1930 e 1964.

2. Brasília, a chamada cidade, continua resistindo, apesar dos pesares. São cerca de 20 anos de autoritarismo, arbítrio e, quase sempre, incompetência — e Brasília resistindo. Aítemos um atestado da excelência da estrutura espacial concebida e proposta por Lúcio Costa: os "aperfeiçoamentos" e "humanizações" introduzidos por tecnocratas e administrações mais ou menos irresponsáveis não conseguiram ainda desestruturar o espaço proposto. Mas a ameaça persiste. E a tal "humanização", tantas vezes anunciada, não tocou ainda a população. A chamada comunidade cidadã, que tem tantos e tão ardorosos defensores, protetores e porta-vozes, não encontrou-se ainda com o que deveria ser o seu abrigo, a sua morada.

Um dia, Wladimir de Carvalho — essa admirável consciência crítica — indagou sobre a alma de Brasília. Através das lentes da sua câmera o grande documentarista começava a ver os intestinos da nova capital — e aí não encontrava sinal de alma. É claro que não fui

capaz de lhe oferecer uma resposta, mas tentei formular uma hipótese: Brasília não chegou a se fazer cidade; passou de cidade em construção à bairro rico de uma cidade mais ampla e difusa, o Distrito Federal.

De que maneira teria ocorrido essa distorção?

Existe apenas um modo de conceber, refletir e avaliar a cidade: partindo do que ela é de fato — uma estrutura social (a população) exercendo suas atividades cotidianas ao abrigo de uma estrutura espacial. A cidade nasce, cresce e se desenvolve — ou decai — à base do diálogo/dialética entre a população e o espaço que a população habita. Se o espaço degenera, como em São Paulo, no Rio ou em Nova Iorque, entre mil outras, a cidade decai. Se a população se desestrutura, a cidade resta sem alma. Num caso como no outro, a cidade tende a se fazer tapera (Tapera, do tupi *ta'pera*, "aldeia extinta", casa arruinada): cidade morta. Brasília foi concebida como cidade socialista, cujos imóveis deveriam pertencer à coletividade, através do Estado, do Município, dos Institutos de Previdência, dos Sindicatos de Trabalhadores, das Associações Profissionais etc... Não havia, contudo, na proposta do mestre Lúcio Costa nenhuma utopia sem potencialidades para se tornar realidade, mesmo neste precário capitalismo brasileiro. Numa das matrizes mundiais do capitalismo mercantil, na Holanda, há cidades importantes, como Amsterdam e Roterdan, em que é lícito falar de comunidade cidadã sem incorrer no pecado do eufemismo. E até a primeira metade dos anos 60 em Brasília, o "Plano Piloto", abrigou no mesmo espaço urbano e edificado, gente de diferentes camadas da população: os apartamentos eram alugados e o aluguel proporcional aos salários e vencimentos.

A cidade, ainda em construção, começa a perder a alma, através da desestruturação da população, quando as autoridades administrativas decidem vender os imóveis aos seus moradores. A morada perde assim o seu caráter de bem de uso e adquire o de bem de troca, mercadoria. Instala-se e cresce assustadoramente o mercado imobiliário e, nele, a especulação desen-

freada. De certo modo, os negócios passam a reger os destinos do espaço habitado. E com isso instala-se também a segregação espacial da população, através de um processo de rejeição de parte dos moradores, processo que prossegue até hoje.

O operário, o sempre decantado e maltratado candango, jamais habitou Brasília. Como verdadeiro pária, constrangeu-se aos acampamentos das firmas, a um recanto menos desabrigado da própria obra ou às famosas invasões. Mas nem por isso o candango deixou de sofrer a rejeição, vítima maior que foi da Campanha de Erradicação das Invasões, de triste memória.

Quando os imóveis perderam seu caráter social e se transformaram em propriedade privada e mercadoria, sobrepondo-se o valor de troca sobre o valor de uso, o bar-nabé percebeu que já não lhe era vantajoso permanecer no "Plano", como uma espécie nova de príncipe mendigo, maltrapilho e faminto abrigado num "palácio". Os funcionários e empregados de menor salário passaram a vender seus imóveis, migrando para Taguatinga, Gama, Sobradinho, Guarás etc... E na medida em que melhoram as condições urbanas da Ceilândia, há gente que se toca para Santo Antônio do Descoberto. E essa pressão centrífuga, de autêntica rejeição, prossegue, descaracterizando Brasília enquanto cidade e imprimindo-lhe as marcas de um desajeitado bairro de classe média rica, onde as aparências tendem a substituir os valores reais: daí o bricabaque de estilos que vai corrompendo a forma da cidade.

De certo, o fenômeno não é

exclusivo de Brasília. A segregação espacial ocorre, de modo semelhante nas outras cidades brasileiras e em todas as cidades do mundo dividido em classes sociais. Mas em Brasília os "guetos" se destacam berrantes, escandalizando os espíritos delicados, habituados à ambigüidade e à opacidade das cidades tradicionais, onde a própria miséria acaba se transformando numa atração pitoresca, ao gosto do fastio de turistas endinheirados. Pois também a favela acaba se transformando em mercadoria.

Penso que aí, nessa brutal segregação instalada em Brasília, reside o mais grave problema da nova capital. Problema que não nasce do Plano de Lúcio Costa, mas de uma política econômica desastrosa. Para recuperar sua condição de cidade, Brasília terá de resgatar sua alma, fazendo-se morada de uma população inteira e não apenas de algumas classes privilegiadas. Esse, portanto, não é um problema de arquitetura — é um problema político e social.